



O Cerrado e o trabalho rural na poesia de Silva Freire: uma leitura ecocrítica

The Cerrado and the Rural Worker in Silva Freire's Poetry: an Ecocritical Reading

Vinicius Carvalho Pereira

Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso / Brasil
viniciuscarpe@gmail.com

Mark Sabine

University of Nottingham, Nottingham, Reino Unido
mark.sabine@nottingham.ac.uk

Resumo: O espaço rural é o ponto de convergência de duas bases materiais que condicionam a vida em sociedade: os imperativos da natureza e o sistema socioeconômico do trabalho no campo. Tais forças sobredeterminam-se num movimento dialético, que a poesia de Silva Freire captou no contexto do Cerrado mato-grossense. Sob a perspectiva ecocrítica da Ecologia Social, o presente artigo visa compreender a interação entre natureza e cultura representada na poesia freireana, em que o Cerrado e o homem do campo transformam-se mutuamente por meio do trabalho na/da terra. Para tanto, analisam-se aqui os poemas “Cerrado/raízes”, “Carvoeiro/vegetal” e “Canavial”, do livro *Águas de visitação* (2002), enfocando os processos pelos quais natureza e homem se reduzem à condição de matéria-prima e mão de obra a serem exploradas.

Palavras-chave: Cerrado; trabalho rural; Ecologia Social.

Abstract: Rural space is the convergence point of two material bases that define life in society: the imperatives of nature and the socioeconomic system of rural work. These forces overlap in a dialectical movement, captured by Silva Freire's poetry in the context of Cerrado in the state of Mato Grosso, Brazil. From the ecocritical perspective of Social Ecology, this article aims to understand the interaction between nature and culture in

Freire's poems, in which Cerrado and the country men transform each other by means of working the land. In this way, the poems "Cerrado/raízes", "Carvoeiro/vegetal" and "Canavial", from the book *Águas de visitação* (FREIRE, 2002), are analyzed, focusing on the processes through which nature and men are reduced to feedstock and labor force to be exploited.

Keywords: Cerrado; rural work; Social Ecology.

1 Introdução

Que o regionalismo é uma um discurso performativo (BOURDIEU, 2001) recorrente na poesia de Silva Freire já é consensual na fortuna crítica sobre esse poeta mato-grossense do século XX (LEITE, 2015; MAGALHÃES, 2014; RAMOS, 2011; MAGALHÃES, 2001). A premência de uma dicção e de uma temática regionais, louvando ora o Mato Grosso como um todo, ora mais especificamente a cidade de Cuiabá, está em consonância com o sistema literário mato-grossense, cujo cânone é erigido a partir de uma linha de força: o canto da terra (LEITE, 2015). Destaque-se, porém, que parte significativa do poder evocatório e representativo de sua poesia está na sua capacidade de abrir perspectivas analíticas de escopo mais ampliado, como a que se pretende no presente artigo, no que tange à relação entre o Cerrado e o trabalhador rural. Afinal, se esta é uma temática cara à poesia freireana e ao contexto mato-grossense, também o é a boa parte das zonas rurais brasileiras, especialmente junto à expansão das fronteiras agrícolas em direção à Amazônia legal.

Na obra de Silva Freire, abundam referências diretas à paisagem de Mato Grosso, à memória afetiva do poeta diante da Cuiabá de sua infância, às idiossincrasias culturais da região e ao homem que exerce atividades econômicas em distintos espaços das sociedades mato-grossenses, com destaque para a capital do estado e para zonas rurais do Cerrado. Diante dessa produção poética, a crítica acadêmica vem privilegiando como objeto de análise os poemas que tratam de Cuiabá, sob uma perspectiva memorialística algo romantizada, pintada com as cores do exótico, do telúrico e da "unicidade" – cidade única e única cidade, como no trocadilho construído por Freire (1991, p. 36).

Por outro lado, são menos comuns as análises críticas sobre o modo como o poeta trata o espaço não urbano – concebendo um *continuum* entre o natural e o rural –, no que diz respeito à interação do homem com esse *locus* externo a Cuiabá – cidade, por sinal, desenvolvida sobretudo pelo capital oriundo de atividades econômicas fora do espaço da cidade. Magalhães (2014), Cunha (*apud* FREIRE, 2002) e Ramos (2011) estão entre os poucos leitores de Freire que escreveram sobre essa temática, mas o fizeram, invariavelmente, privilegiando a representação poética dos trabalhadores do campo, e não a relação dialética dos mesmos com a terra, embora suas atividades laborais alterassem necessariamente o ecossistema local.

Diante de tal panorama crítico-analítico, o presente artigo pretende analisar as relações econômicas e ecológicas permeando o *antropos* e o *topos* no Cerrado, poetizado pelo autor por meio de uma série de *tropos* líricos. Para tanto, adota-se aqui a perspectiva teórico-analítica da ecocrítica¹ e, mais especificamente, da Ecologia Social (GARRARD, 2004; BUELL, 2005), enfocando os poemas “Cerrado/raízes”, “Carvoeiro/vegetal” e “Canavial”, do livro *Águas de visitaçã*o (FREIRE, 2002), a fim de indagar a relação dialética entre espaço e trabalho rurais na poesia freireana. Sob tal perspectiva, entendemos aqui que a poética de Silva Freire está estreada numa infraestrutura material, produto de uma interação entre natureza e cultura, em que o Cerrado e o homem do campo transformam-se mutuamente por meio do trabalho na/da terra.

Nesse sentido, estudar a representação poética do Cerrado e suas drásticas alterações pelas atividades econômicas de extrativismo vegetal e agropecuária é necessariamente também indagar o papel que o trabalho rural desempenha nessa dinâmica. Na medida em que natureza e homem são reduzidos, respectivamente, a matéria-prima e mão de obra, o Cerrado torna-se arena de disputas de um capitalismo agrário, ainda predominante em diversas regiões do Brasil e dominante na economia mato-grossense, desde o tempo de Silva Freire até os dias de hoje.

¹ Diferentes autores usam, ora como sinônimos, ora com pequenas nuances distintas, termos como “ecocrítica”, “estudos ambientais”, e “estudos verdes”, para se referir a esta perspectiva teórico-metodológica de crítica textual. O termo “ecocrítica”, mais comum nos países de língua portuguesa, é o adotado neste artigo.

2 O Cerrado: ecossistema e literatura

Já no fim dos anos 80 do século XX, rompendo com o cânone crítico-teórico então dominante, centrado em perspectivas pós-estruturalistas e desconstrucionistas, os estudos ecocríticos vêm questionando, nas últimas três décadas, máximas propaladas como verdades quase absolutas nas Humanidades, entre as quais se destacam as de que “tudo é discurso”, “não há fatos, apenas versões”, “não há correspondência entre os signos e o real”, etc.

Assim, ainda que haja diferentes abordagens dentro da ecocrítica, podem-se identificar dois principais pontos de convergência entre elas: a) a análise das relações entre literatura e ecologia, evidente já no substantivo *ecocrítica*; e b) uma tendência a entender os processos culturais, sociais e discursivos estruturados em uma inegável base material: a natureza e seus ecossistemas. De tais postulados, deriva a ideia de que textos podem ser lidos como ecossistemas, a qual é adotada no presente artigo:

[...] tudo o que pode ser dito sobre *nature writing* – ou qualquer outro gênero – em relação ao realismo mal esgota o que merece ser dito sobre textos como representações ambientais. Gêneros e textos são eles mesmos indiscutivelmente “ecossistemas”, não apenas no sentido estrito do texto como “ambiente” discursivo, mas também no sentido mais amplo de que textos “ajudam a reproduzir ambientes sócio-históricos” de forma estilizada (Bawarshi, 2001: 73). De fato, um texto individual precisa ser pensado como conectado a um ambiente, a cada etapa de sua germinação à recepção. (BUELL, 2005, p. 44, tradução minha)²

Ecossistemas que são, os textos devem ser entendidos, sob tal perspectiva, em uma dinâmica que transcende o espaço do enunciado e

² “all that might be said about nature writing - or any other genre - *vis-à-vis* realism scarcely exhausts what deserves to be said about texts as environmental representations. Genres and texts are themselves arguably «ecosystems», not only in the narrow sense of the text as a discursive «environment», but also in the broader sense that «texts help reproduce sociohistorical environments in stylized form» (Bawarshi, 2001: 73). Indeed, an individual text must be thought of as environmentally embedded at every stage from its germination to its reception”.

da representação do espaço natural, compreendendo ainda os processos econômicos que condicionam o sistema literário de produção, circulação e recepção (ou da “germinação à recepção”, como na citação acima). Um ecossistema é, pois, uma dinâmica em que dois prefixos *eco-*comparecem: o ecológico e o econômico, em uma série de relações entre essas duas instâncias, permeadas pelo trabalho humano.

Há, porém, que se esclarecer que a relação entre natureza e cultura não é aqui vista como uma dicotomia, tal qual a propalada pela antropologia estrutural, na clássica fórmula binária do cru *versus* cozido (LÉVY-STRAUSS, 2004). Em vez disso, os estudos ecocríticos compreendem natureza e cultura como instâncias entre as quais se estabelece um *continuum*, no qual não há possibilidade de pureza total: não há fato cultural que não se origine de fenômenos empíricos naturais, assim como não há hoje espaço natural que não esteja em alguma medida afetado pela cultura, seja em termos do efeito estufa intensificado pelo homem, seja pelo mapeamento planetário conduzido por empresas como a Google.

Consequentemente, as definições de natureza – e, por conseguinte, as agendas políticas e acadêmicas – dos estudos ecocríticos não são uniformes: há, entre várias outras, abordagens que entendem o ambiente reduzido à condição de instrumento, tal qual um conjunto de recursos a serem utilizados responsavelmente pelo homem; ou que tomam o humano como fonte única de ruptura do equilíbrio ecológico, defendendo radicalmente a redução populacional; ou que não dissociam problemas ecológicos dos de gênero, classe, etnia, considerando que diferentes grupos sociais sofrem de maneira distinta os impactos ambientais (GLOTFELTY; FROMM, 1996).

Diante dessa pluralidade epistemológica, no âmbito das diferentes correntes ecocríticas, o presente artigo opta por procedimentos analíticos da Ecologia Social, uma vez que tal proposta considera a expropriação da natureza como indissociável dos danos e prejuízos ao homem. Trata-se, portanto, de aproximação de pressupostos subjacentes às correntes ecocríticas e sociocríticas dos Estudos Literários, as quais, em última instância, articulam o texto à base material – natural e econômica – em que ele é produzido. Ademais, ao entender todo impacto ambiental de origem antrópica como consequência de uma ação dentro de um sistema

econômico, a Ecologia Social dá ênfase ao ambiente e ao homem em suas inter-relações, chamando a atenção para a redução dessas instâncias à condição de matéria-prima e mão de obra, respectivamente.

Tais escolhas epistemológicas nos levam a examinar, no caso da obra de Silva Freire, os contextos ambiental e social dos poemas “Cerrado/raízes”, “Carvoeiro/vegetal” e “Canavial”, publicados na primeira edição de *Águas de visitaço*, em 1979. No que tange a esse marco temporal, há que se considerar que, nas décadas de 1960 a 1980, sob o lema de “Integrar para não entregar”, porções significativas do Centro-Oeste e do Norte brasileiro foram incorporadas a um imaginário nacionalista pela propaganda estatal da ditadura militar (OLIVEIRA, 1988). Do ponto de vista simbólico, o que era até então entendido nos grandes centros urbanos apenas como selva, sertão ou grotão passou a ser representado pela comunicação governamental também como “Brasil”, o que justificaria uma série de ações políticas e econômicas com vistas à ocupação da região da Amazônia, do Cerrado e de espaços circunvizinhos.

Mato Grosso foi um dos estados brasileiros que mais aceleradamente sofreu alterações socioambientais durante a política desenvolvimentista militar, o que incluiu a divisão do estado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e a conseqüente criação de novo centro urbano político-administrativo; a construção de grandes estradas, como a BR-163; a fundação da Universidade Federal de Mato Grosso; a expansão da fronteira agrícola no norte do estado; e a reurbanização de Cuiabá. Todos esses fatores acarretaram novos fluxos migratórios de pessoas oriundas de distintas regiões do país e com diferentes propósitos, movimentos que aceleram o processo de ocupação do território mato-grossense, degradam o bioma do Cerrado e alteram as formas de organização do trabalho rural. Note-se, porém, que os impactos socioambientais dessas mudanças datam do período pré-colonial e intensificam-se com as bandeiras, ainda que se potencializem radicalmente a partir do integracionismo militarista.

Por sua vez, do ponto de vista do trabalho rural, o que se nota no estado ao longo dos últimos 50 anos é uma progressiva substituição das formas de agricultura familiar por modelos de latifúndios do agronegócio. Nesse processo, a mecanização das fazendas reduz os postos de trabalho e a alta especialização dos grandes produtores gera preços mais

competitivos e a conseqüente falência e venda de terras dos pequenos produtores. A reforma agrária, tema transversal a essa discussão, vem avançando ainda muito lentamente no país, em contraponto à celeridade com que crescem e prosperam os senhores do *agribusiness*.

No período da ditadura militar, Silva Freire assistiu, não só como poeta, mas também como advogado, professor de Direito e homem engajado na política cultural de seu estado, ao desenvolvimento pronunciado de duas atividades econômicas que alteraram drasticamente a paisagem local e a vida do trabalhador rural de Mato Grosso: o extrativismo vegetal (envolvendo a retirada de madeira e/ou queimadas para fabrico de carvão) e a agropecuária (progressivamente substituindo terras devolutas por pequenas propriedades e, mais tarde, por grandes latifúndios do agronegócio). Até os dias de hoje, tais atividades econômicas continuam marcando a vida do homem e da natureza do Cerrado, definindo padrões de baixo povoamento nas zonas rurais (graças ao modelo vigente de agropecuária extensiva, que muito consome terras e recursos naturais em geral) e assegurando ao estado a alcunha de “celeiro do Brasil”, como maior produtor de grãos no país atualmente (SOARES, 2017).

Tais dados evidenciam a relevância de uma leitura que relacione as representações do Cerrado e do trabalho rural na arena cultural mato-grossense. Nesse sentido, procede-se, na próxima seção, à análise detida de três poemas de Silva Freire, com vistas a desvelar pontos de tensão, muitas vezes invisibilizados nos discursos artísticos sobre o espaço do campo e da região.

3 Figurações do Cerrado

“Cerrado/raízes”, “Carvoeiro/vegetal” e “Canavial”, além de serem poemas relativamente longos, com larga exploração da disposição de versos, palavras e caracteres na página – traços estilísticos de Silva Freire –, apresentam um segundo ponto de convergência: formam uma espécie de epopeia tríplice do Cerrado. Para tanto, apresentam, em tom grandiloquente, ora as agruras do homem que transforma o espaço natural sob pressão de atividades econômicas, ora uma descrição algo mítica do ambiente rural mato-grossense. No entanto, não se pode dizer

que, nesses poemas, o Cerrado compareça apenas como espaço onde se desenrola a ação. Em vez disso, o espaço natural, progressivamente se tornando mais rural – e, portanto, mais marcado pela agência antrópica –, ganha centralidade nos textos, como se nota nas três primeiras estrofes de “Cerrado/raízes”:

– cerrado

arbusto miúdo
o ar no alto do
busto recurvo
um grito no
susto da planta dos pés
o ritmo da floração
no coração ancestral

– cerrado

experiência de estar no perto
/ na caixa do peito
na folha do livro

– cerrado

tecido terlúrico
/processo/
ingresso na história
e/ou
regresso atávico
no trançado que amassa
a raça
que adelgaça

(FREIRE, 2002, p. 45)

A repetição anafórica do substantivo *cerrado*, à guisa de refrão antes mesmo da primeira estrofe, garante o primado do ecossistema no poema. O bioma é descrito por uma série de imagens de sua flora e fauna ao longo das demais 46 estrofes do poema, as quais vêm ainda entremeadas a índices da crescente ocupação humana, denotada por substantivos como *arado*, *gado*, *semeador*, todos do campo semântico da agropecuária.

Essa mistura de elementos naturais e humanos corrobora uma leitura do Cerrado já como espaço rural e domado no poema, e não mais como natureza indômita. O antropocentrismo subjacente a essa visão se nota em jogos de palavras e metáforas que aproximam o vegetal e o humano, como em “*arbusto* miúdo/o *ar* no alto do/*busto* recurvo” e em “susto das *plantas dos pés*”. Além disso, na segunda estrofe, o eu lírico afirma claramente que a experiência do Cerrado é a de “estar no perto/na caixa do peito/na folha do livro”. Ao enunciar que se trata de um espaço do qual o homem se vê em proximidade, o Cerrado não é representado por tropos como o da selva e da mata virgem, tradicionalmente associados ao desconhecido e ao misterioso na poesia brasileira sobre o espaço natural – sobretudo no século XIX, quando do auge dessa temática no Romantismo. Trata-se aqui de espaço conhecido e, portanto, progressivamente domado, cognoscível ao ponto de tornar-se matéria poética, porque traduzível em sistema simbólico humano de trabalho, produção e lucro, sem espaço para o inefável, o sublime, o desconhecido.

É justamente ao ser transposto para o plano poético-linguístico (condição para depois devir produto econômico) que o Cerrado se torna “tecido terlúrico”. De mesmo étimo que *texto*, do latim *textum*, o tecido é uma textualidade constituída por fios que se organizam conforme a mão do tecelão, o qual faz do algodão ou da lã – elementos naturais – signos de cultura. Do mesmo modo, o poeta transforma o Cerrado em tecido poético *terlúrico*, em que o neologismo, ao quase enunciar *telúrico* – ou o que é da terra –, insere-lhe um insidioso *R*. Daí, o *ter-lúrico* ganha nova dimensão, como terra que vira propriedade privada – *ter*, e não *ser* terra, em um processo em que dizer a mata nativa é dela se apropriar. Ademais, um espaço *terlúrico* é também aquele a que se atribui um *telos* – finalismo imposto pelo homem à terra, aqui reduzida à matéria-prima que o trabalhador rural deve converter em lucro de outrem: o proprietário da terra.

A ideia de apropriação do espaço pelo homem é reforçada quando, mais uma vez, o poeta joga com signos ambíguos entre os campos semânticos do vegetal e do humano (mas agora, do humano enquanto dotado de língua), ao enunciar que o Cerrado é “experiência de estar no perto/na caixa do peito/na *folha do livro*”. A experiência do bioma é,

então, a de estar em intimidade física com ele (“perto/na caixa do peito”), mas também a de torná-lo matéria assimilável pelo homem através da língua, seja no discurso oral, seja na “folha do livro”. A ambiguidade dos termos indica, portanto, uma ambivalência também na postura que esse sujeito lírico assume diante do ambiente, ora falando *nele*, ora falando *dele*, oscilando entre circunstâncias adverbiais de lugar ou assunto.

No poema, a textualização do Cerrado, ou seu “ingresso na história”, como sugeria o verso da terceira estrofe, é explicitamente associada às ações econômicas que o homem desenvolve nesse espaço. Deixando sua marca de arado, fogo ou derrubada, o homem produz também uma escritura no solo, análoga àquela que Derrida (2008) associara às formas de escrita anteriores mesmo à fala, indicando a inserção humana de traços pré-significantes sobre uma superfície natural, como a das picadas que se abrem no mato. Porém, se, para o autor do pós-estruturalismo francês, o rastro que o homem deita sobre o solo como pegada é uma potência semiótica anterior ao signo, liberta do logocentrismo, no poema de Freire o rastro ganha uma dimensão radicalmente distinta: trata-se de índice de uma ação econômica que altera o ambiente por meio do trabalho e subjuga-o a uma gramática dos interesses humanos, a qual se escreve por linhas que máquinas desenham na terra. A escrita da ocupação do Cerrado é, então, absolutamente logocêntrica, uma vez que insere o bioma como significante de um conjunto de recursos naturais a serem explorados e enunciados pelo homem. Tal ressignificação do Cerrado como texto escrito pela economia humana, e não pela natureza, pode ser notada nas estrofes a seguir, retiradas de “Cerrado/raízes”:

– um arado

de corda e cavalo
 escritura o fofó que cheira/
 e o cerrado se amacia
 no remanejo do gado
 no arrepio dos ventos
 na canção evangélica do
 semeador

[...]

– o solo-cerrado
 cercado de aceiro
caligrafa nos caminhos de
sua tortuosidade vegetal
(FREIRE, 2002, p.46)

[...]

– golfos de fogo
 no recente corpo morto
/quem o decifra no pouco pasto
 pastado?
(FREIRE, 2002, p. 50)

Na primeira dessas estrofes, as linhas retas que o arado abre na terra, para posterior plantação, são tomadas como “escritura [d]o fofo que cheira/ e o cerrado se amacia”, num processo em que o homem inscreve os próprios signos sobre a terra, a qual se dobra mansa aos seus desígnios. Há ainda uma clara associação entre a escrita do homem – que *altera* o real – e a escrita de Deus – que *cria* o real. A referência intertextual às “Escrituras Sagradas”, através da imagem da parábola do semeador, faz do trabalho agrícola uma espécie de pregação, levando a palavra – não tanto de Deus, e sim do capital – à supostamente³ então inculta terra do Cerrado.

Ainda no campo do mítico, destaca-se, na segunda e na terceira estrofe acima citadas, a premência da imagem do fogo, símbolo de iluminação no platonismo, de purificação no cristianismo e da passagem do natural ao cultural no estruturalismo. Ao longo de todo o poema “Cerrado/raízes”, a chama e o incêndio são tropos recorrentes, não só revisitando essas metáforas caras ao pensamento ocidental, mas também – e principalmente – chamando a atenção para o papel que o fogo desempenha nos ciclos econômicos desenvolvidos no Cerrado.

Uma vez que tanto o extrativismo de carvão quanto a abertura de campos para pastagem e a adubação por fuligens lançam mão do fogo artificialmente produzido, este é uma das mais poderosas ferramentas de

³ Diz-se aqui “supostamente” porque o poema não faz qualquer menção aos grupamentos humanos ocupantes do Cerrado antes da colonização.

que se vale o homem para escrever (ou se inscrever?) na paisagem do Cerrado. Assim, um “solo-cerrado/cercado de aceiro” designa uma porção de terra delimitada (e, portanto, significada) por um desmatamento em torno da propriedade, a fim de que os incêndios empregados na agropecuária não se estendam para outros espaços. Trata-se, pois, de caligrafia que delimita, em meio à “tortuosidade vegetal”, linhas retas que definem o que foi incorporado como recurso econômico à disposição do fogo humano. Sobre os impactos ambientais do uso indiscriminado dessa técnica, entre os quais se destacam as queimadas que assolam o Cerrado sobretudo no período da seca, quando o fogo se alastra muito mais rápido, fica sem resposta no poema a dura pergunta que o sujeito lírico coloca: “no recente corpo morto/ quem o decifra no pouco pasto/ pastado?”

Não se pode, todavia, negligenciar que os incêndios do Cerrado escrevem um texto – indecifrável “no recente corpo morto” – cujo enredo afeta também os homens pobres, explorados numa terra de que em geral não são proprietários e para uma plantação de cujo lucro pouco ou nada participam, como se nota na estrofe a seguir, retirada do mesmo poema:

– depois que o fogo se pastou
 camboteando
 no capim nativo
 o sítio encolheu-se todo
 na campânula
 do campanário
 /a família virou engenhação de sobrevivência?
 (FREIRE, 2002, p. 50)

Cambotear é corruptela da forma dicionarizada *carbotear*, que significa mentir, enganar, trapacear. Se os versos acima, por meio de uma elaborada hipálage, atribuem ao fogo o caráter de carboteiro, o poema também alude, indiretamente, a outra burla, de que é vítima o trabalhador rural: a promessa de que, no futuro, com o dinheiro de sua labuta mal remunerada, poderá comprar o próprio quinhão de terra. O malogro da promessa, prenunciado no verso “o sítio encolheu-se todo”, é denunciado mais diretamente no final da estrofe, em que se lê que “a família virou

engenharia de sobrevivência”, em intrincados malabarismos para subsistir a despeito dos poucos recursos econômicos.

A conflituosa relação mediada pelo fogo, entre a natureza e o trabalhador rural que a muito custo alimenta sua família com a queimada do Cerrado, é também expressa no poema “Carvoeiro/vegetal”. Nesse texto, nota-se uma interdependência entre o humano e a flora local, na medida em que o personagem principal do poema é descrito unicamente como *carvoeiro*, isto é, a partir de uma relação de exploração – ou, mais especificamente, de extrativismo vegetal – com o Cerrado. Assim, o título já se constrói por uma alternância, expressa pelo sinal gráfico da barra, entre o naturalmente produzido (vegetal), o artificialmente produzido (o carvão) e o homem que opera, por meio de seu trabalho, a conversão entre os dois polos (indicado pelo sufixo *-eiro*). No entanto, mais do que a transformação do espaço pelo fogo, o poema tematiza o efeito das queimadas sobre o carvoeiro, o qual se transforma junto com a natureza por ação do incêndio, como se nota nas cinco primeiras estrofes:

– na córnea dos olhos
/ fuligem /
vago vento agosto oestino
primaverando...

– carvoeiro:
múltiplo ser
num lasquear o enredo
da lenha

– nessas entranhas
seu tostado parto
revivente de vida

– calor de clorofila
calvo enigma e caldo
lombo do tombo
ombro-lenheiro
na lenda do dinheiro

– no incêndio/dinheiro
 ferve a carne que chia
 no atrito de átimo circuito
 (FREIRE, 2002, p. 57)

O poeta aí transpõe para o espaço do lírico um fenômeno que é tanto natural quanto cultural: o mês de agosto, auge da seca no Centro-Oeste brasileiro, conforme o ciclo pluvial típico da região, é também quando se multiplicam os incêndios intencionais no Cerrado (entre os quais, aqueles para produção de carvão), a fim de que os impactos do fogo sejam potencializados pela baixa umidade do ar.

Contudo, em vez dos efeitos do fogo sobre a terra, tematizados na maior parte do poema “Cerrado/raízes”, o foco recai, nessas estrofes de “Carvoeiro/vegetal”, sobre o corpo do carvoeiro que queima junto à flora. Assim, ardem-lhe a “córnea dos olhos”, as “entranhas”, o “calvo enigma”, o “lombo” e a “carne que chia”. Não se pode, porém, dizer que o poema trata o carvoeiro como vítima da economia da queimada. Em vez disso, a representação do personagem se dá revestida de uma aura de heroicidade: “múltiplo ser”, de “tostado parto”, “revivente de vida”, o carvoeiro ganha ares de herói épico, que sobrevive às agruras do “incêndio/dinheiro” sobre o qual se constrói não só o homem, mas também boa parte da economia local. Nesse sentido, Raymond Williams (1990) nos lembra que as relações econômicas entre campo e cidade (no caso de Freire, o Cerrado rural e Cuiabá, respectivamente) frequentemente são ocultas no discurso literário por tropos da vida campesina. Sob tal perspectiva, em “Carvoeiro/vegetal” lemos não só a vida do homem que incendeia o Cerrado, mas também o sistema econômico que o leva a fazê-lo, alimentando a cidade onde, em última instância, o próprio poema foi escrito.

Ainda no que tange à imagem do carvoeiro revestida de traços de herói épico, lutando contra uma natureza que quer (ou precisa) subjugar, destacam-se as seguintes estrofes do poema, construídas por uma sequência de sintagmas verbais que heroicizam as tarefas diárias do trabalhador do campo:

... descoivando a confiança
desconfia do barro que trinca
desafia o rumo do vento
desata o resumo do monte
e coloniza o húmus/
perfil de seu inteiro

[...]

– a bordo da carvoaria
a vida se convalece
quanto ígneo peito
sobrevoa o infinito
(FREIRE, 2002, p. 60-61)

A peleja do carvoeiro contra o fogo – paradoxalmente criado por ele mesmo para desbaste da mata – é revestida aí de metáforas grandiloquentes, como “ígneo peito” e “sobrevoa o infinito”. Estas conferem uma dimensão quase mítica à ação destruidora do fogo, enfatizada pela reiteração do prefixo *des-*, indicativo de ação contrária, negatividade ou anulação. Assim, ao final da queimada, sobra apenas a coivara – monte de gravetos mal queimados – que o carvoeiro separa (“descoivando”) do carvão, em uma atividade de quem revira os escombros, ou ruínas, de um espaço (“o monte”). Nesse processo, “coloniza o húmus”, metonímia do Cerrado que, dominado, ou colonizado, torna-se matéria-prima da atividade econômica da carvoagem.

No entanto, o mesmo húmus, ao ser colonizado, indica que o carvoeiro é também vítima de uma colonização de seu corpo, ainda que não explicitamente descrita no poema. Afinal, o último verso da estrofe, se lido como aposto de húmus, traça uma relação de identidade entre o solo colonizado e o carvoeiro. Colonizado no “perfil de seu inteiro”, o carvoeiro é, então, um homem também explorado, reduzido à condição de mão de obra mal remunerada, que sobrevive à dominação do dono das propriedades cuja madeira se queima, ou mesmo do agenciador das queimadas ilegais em áreas protegidas pelo governo.

Ao longo do poema, percebe-se, pois, que o heroísmo das primeiras estrofes, designando um homem que lutava *contra* a natureza, cede lugar a um heroísmo do homem que luta *com* a natureza por sua sobrevivência, em um sistema no qual mal consegue com que se manter. Todo o lucro da carvoagem vai para outrem – uma burguesia rural não pronunciada em “Carvoeiro/vegetal”, apenas aludida indiretamente, como se nota nas estrofes a seguir.

– a explosão da fornalha
na cara do carvoeiro
é imposto que a terra cobra
no altar da fabricação

– nas mãos postas do carvoeiro
a matéria-origem
erige
o santuário do feto
afeito
à imolação do objeto...

– na sangria da caeira
selvateia
o carvoeiro
lacrimando sua herança
(FREIRE, 2002, p. 64)

A fornalha em que se transforma a mata em chamas agride termicamente a face do carvoeiro, cobrando-lhe, metaforicamente, o imposto que o trabalhador deve não à terra, mas ao seu empregador. O fato de que a riqueza produzida pela exploração do Cerrado não fica nas mãos do carvoeiro – ele mesmo, um explorado – é retomado nos versos subsequentes. No bloco poemático seguinte, a queimada ganha ares de sacrifício ritualístico (“imolação do objeto”), em consonância com a imagística religiosa presente em estrofe de “Cerrado/raízes” anteriormente citada neste artigo. Nesse contexto, as “mãos postas do carvoeiro”, ao mesmo tempo em que colhem “a matéria-origem” carbonizada, estendem-se também para entregar servilmente o lucro

colhido ao dono da terra, em estrutura algo feudal reproduzida até os dias de hoje em porções significativas da pirâmide social rural de Mato Grosso.

Nesse contexto, a dor da terra queimada (“sangria da candeia”) torna-se dor também do homem devastado pelo extrativismo predatório, reduzido a “carvoeiro/lacrimando sua herança”, em choro de olho ardido pela fuligem e pela miséria. Para este, o lucro representa apenas uma esperança, não concretizada nem no âmbito do poema, nem no sistema econômico que destrói o Cerrado à custa de vidas humanas empobrecidas:

– o carvoeiro
crava
na esperança da mão
introvisão de moedas
/cunha da unha/
e no volante que cinsa sua
esperança de cinzar a vaca ruiva
(FREIRE, 2002, p. 66)

A repetição do vocábulo *esperança*, junto a termos do campo monetário, como *moedas* e *cunha* (nominalização do verbo *cunhar*), indica que o lucro, para o carvoeiro, não é mais que um sonho, ou uma “introvisão”. Tal neologismo, por meio de um prefixo que indica movimento para dentro, sugere que o sonho de riqueza do trabalhador é vivido à revelia da realidade exterior: o macrosistema exploratório a que serve.

Em contraposição a tal esperança, o que de fato ganha este homem é pouco mais do que o desgaste físico pelo trabalho insalubre, que lhe caleja as mãos, arde a pele, deforma mãos e unhas – como que por ação da ferramenta também chamada “cunha”, com que se corta a lenha – ou os dedos do carvoeiro. Nesse sentido, mesmo a semelhança fonológica entre *cunha* e *unha* torna-se significativa, enfatizando que a mão do homem (metonimizada pela unha) se reduz à condição de ferramenta, tal qual a cunha com que ele opera a derrubada das árvores.

Também por procedimentos de ambiguidade e repetição, os termos *cinsar/cinzar*, variantes ortográficas do mesmo verbo – derivado de *cinza*, subproduto da queimada –, amplificam a imagem da exploração do trabalhador rural. Para tanto, a estrofe apresenta a esperança do

carvoeiro por um dia *cinzar* (marcar a brasa, ou cinza) uma “vaca ruiva” como sua, o que não é mais do que devaneio inocente de apropriação dos meios de produção. *Cinzado* (aqui, sinônimo de *enganado*) pelo sistema econômico que lhe promete algum lucro, o carvoeiro se deixa iludir por um escrito – cheque, contrato – em folha avulsa (ou folha volante), com promessas de um trato em que crê, sem nem o saber ler. As únicas palavras que conhece – e em que se reconhece – são as que aprendeu a reconhecer no espaço rural e marcam seu dia a dia de labuta no Cerrado:

– na aldeia do carvoeiro
o carvoeirinho
soletra o abecedário da lenha:
cis-co
es-pi-nho
fi-a-po
far-pa
cin-sa
bra-sa
ti-ção
“*quei-ma-da*”
e o menino estala a língua na doçura do
me-la-do!
(FREIRE, 2002, p. 60)

As intrincadas relações entre textualidade e espaço rural, pontuadas por Silva Freire com metáforas da escrita e da leitura para as interações que o homem mantém com a natureza ao alterá-la para fins econômicos, também se fazem presentes no poema “Canavial”. De tom mais marcadamente lírico, o poema descreve, por diferentes perspectivas, uma vasta plantação de cana, a partir da qual se podem entrever indiretas alusões aos trabalhadores rurais.

– desfolhando o
 âmbito
 clorofilado/
o canavial é livro
 extraverbal:
– vige a expressão gramatical
 que existe

– queimada no canavial!
 gomos teciduais
 aos gritos
 adocicam
a língua retorcida do fogo

– a bagaceira estruma:
a estrutura verde do vento
a curva inexata do gesto
 ângulo morto do corte
 peso incerto do feixe
o espaço externo da foice
(FREIRE, 2002, p. 92-93)

Da mesma forma que a mata carbonizada pelo carvoeiro, o canavial é também um “livro extraverbal”, não só escrito, como também lido pelo trabalhador rural no processo de colheita e processamento da cana. Lendo o mundo de seu trabalho, o canavieiro vai “desfolhando o/ âmbito/ clorofilado”, como quem desfolhasse (ou virasse as páginas de) um livro. No entanto, há que se enfatizar que não se trata aqui de uma escrita estruturada pelo sistema alfabético. A “expressão gramatical” do texto que o canavieiro lê neste poema não é a escolar; a cartilha do canavial é a escrita da “língua retorcida do fogo”, isto é, das queimadas cujas garatuñas de cinzas e brasas os olhos do trabalhador acompanham atentos.

Por outro lado, ainda no que tange aos jogos de palavras entre o vegetal e a escritura, a língua de fogo é não só aquela que “lambe” a plantação, queimando os resíduos da safra anterior, mas também a linguagem com que se faz o candente poema de Silva Freire. Este, porém, provavelmente jamais será lido pelo carvoeiro, que não goza o canavial como língua literária – quase sempre inacessível a seu grupo

social, alheado desse tipo de capital cultural –, mas sim como bebidas que “adocicam/ a língua retorcida do fogo”. Isto é, o canavial lhe chega à língua (aqui metonímia da boca, e não da linguagem) apenas como aguardente que o deixa também “de fogo”, em estado alterado de consciência que lhe permite esquecer, por um instante que seja, sua condição de explorado.

À caligrafia do fogo, presente nos diferentes poemas analisados neste artigo, soma-se, no caso de “Canavial”, ainda a escrita do *corte*, do *feixe*, da *foice*, substantivos que metonimicamente marcam a presença do trabalhador rural no ato da ceifa. Note-se, contudo, que não aparece explicitamente nas estrofes o homem que trabalha no campo, apenas as ferramentas com que ele o faz, o que ratifica a reificação do sujeito na atividade econômica rural que o poema tematiza.

O trabalho mecânico e repetido do corte da planta, depois amplificado pelo ritmo ininterrupto da moenda, é replicado ainda no plano fônico do poema pelo paralelismo sintático dos versos na terceira estrofe. Nestes, a reiteração da estrutura substantivo-adjetivo-preposição-substantivo (como em “estrutura verde do vento”) cadencia as sílabas da língua poética, que, por sua vez, representam a cadência da “língua retorcida do fogo” com que se queima o terreno para a plantação.

O efeito de tal atividade laboral recai aqui sobre as plantas e o solo, especialmente no traçado que o plantio e a colheita deixam sobre o ambiente, delimitando uma “curva inexata”, um “ângulo morto”, um “espaço externo”. Observa-se, nesse sentido, uma semelhança entre a imagem da estrofe, formada pela reiteração de substantivos que denotam elementos geométricos, e o poema “Cerrado/raízes”, no qual o traçado do homem sobre a terra designava marcas no ambiente deixadas por um sistema econômico rural.

Por outro lado, no mesmo ponto identifica-se a mais significativa distinção entre o poema “Canavial” e “Carvoeiro/vegetal”, uma vez que este lançava foco sobre o homem do campo em sua atividade laboral, tendo o corpo marcado pelo mesmo fogo que altera a paisagem e move o extrativismo na carvoaria. Já em “Canavial”, o ser humano aparece não como força motriz das alterações no ambiente; em vez disso, figura como aquele que ingere produtos à base de cana de açúcar, o que revela

um outro lado do sistema econômico que transforma o Cerrado: o polo do consumo, e não da produção.

– verde de sexo
o canavial se bebe
no sensual do carnaval

– verde ave do mar remoto
procriando rapaduras
[...]

– na madrugada
o canavial cambaleia na calçada
: vai injetando seu hálito
nos passos do homem que tomba
(FREIRE, 2002, p. 90-91)

Tomando as formas de aguardente, rapadura e outros produtos mencionados no poema, como açúcar e melado, o canavial é transformado – pela força do trabalho do invisível canavieiro e pela metáfora do poeta – nesses alimentos e bebidas, a serem consumidos não só no espaço rural de Mato Grosso, mas num sistema de circulação e consumo cada vez mais amplo, envolvendo Cuiabá e outras cidades grandes. Ainda no que diz respeito à relação do universo descrito no poema e o entorno de Mato Grosso à época, destaque-se que a referência à embriaguez e ao carnaval – parônimo, afinal, do título do poema – é particularmente importante para associar a produção canavieira do poema ao consumo na capital mato-grossense, uma vez que a renovação do carnaval cuiabano foi uma das principais frentes de ação de Silva Freire como agente cultural no estado (FREIRE, 1986).

Por pregar ao canavial ações inesperadas de entes inanimados, como *beber*, *procriar*, *cambaleiar* e *injetar*, a plantação e sua safra se confundem não apenas com os produtos derivados do engenho, mas também com o homem que os consome. Essa fusão revela a tensão dialética entre o homem do campo e o ambiente que ele transforma – o qual, por sua vez, transforma-o de volta. Assim, o canavieiro que bebe a aguardente e caminha trôpego de ebriedade é não só “homem que tomba”,

mas também “canavial [que] cambaleia na calçada”. Desumanizado, o homem é não mais sujeito, tornando-se o mesmo que os pés de cana.

Todavia, se tal metáfora pode ser lida como reificação do homem, também pode ser interpretada como antropomorfização do Cerrado, tropo igualmente perigoso na medida em que equaciona homem e natureza sem reconhecer os significados específicos atribuídos a ambos e os distintos processos pelos quais cada um deles é incorporado nos mais variados sistemas culturais, desde a economia rural à poesia sobre ela, no caso dos poemas de Silva Freire. Desse modo, a antropomorfização das plantas em “Canavial”, além de figura retórica, revela ainda uma visão antropocêntrica do ambiente, o qual, para ser traduzido em língua, é enunciado por meio de um sistema de equivalências com o que é humano, sobretudo em termos de sensualidade, como nas estrofes a seguir:

– uma estrela foi se trocar
atrás do canavial...
: a fazenda se iluminou
de vírgulas semi-nuas
[...]

– do cerrado o canavial espele
a lenta esfregação sensual das
moendas...

... e à noite/ canavial:
de que tucho de luar
se faz o balanceio de teu verde?!

(FREIRE, 2002, p. 95)

Nas estrofes acima, uma série de sinestésias erotiza o canavial como fonte de prazer físico, algo análogo ao proporcionado pela embriaguez da aguardente e do carnaval. A conotação antropomórfica é aí tão poderosa que quase oculta o fato de “a lenta esfregação sensual das/moendas” designar poeticamente aquilo que, na verdade, é um trabalho insalubre e perigoso para o canavieiro (SCOPINHO, 2003): o corte e a moagem da cana. Se a lentidão da máquina é associada pelo sujeito lírico a um lânguido atrito com a superfície da cana, valendo-se de tropos que fundem o homem e as plantas, o ritmo lento e repetitivo da “esfregação

sensual das moendas” é também o do homem que trabalha em jornadas de 12 a 15 horas por dia na máquina (SCOPINHO, 2003), com poucas chances de encontrar, na ação da mó, qualquer gozo.

Sob tal perspectiva, na estrofe “– do cerrado o canavial espele/ a lenta esfregação sensual das/ moendas...”, observa-se uma segunda camada de significação pertinente à leitura ecocrítica ora empreendida. Nesse enunciado, o eu lírico sintetiza o processo de transformação do Cerrado motivado por uma atividade econômica (a cultura canavieira) que, se produz capital (oriundo do comércio de produtos a que se atribuem uma dinâmica de desejo e consumo “sensual”), culmina também numa destruição da mata, consumida, em última instância, para posterior “esfrega” das moendas.

Nesse contexto, a forma verbal *espele*, variante de *expelir*, guarda aí uma série de sentidos, ditos e não ditos no poema. Se o perfume sensual expelido pela moenda do poema empresta ares líricos à atividade econômica canavieira – ocultando os reais odores da fumaça que toma o canavial em chamas e polui o ar –, a associação com *expulsão*, substantivo derivado de *expelir*, logo nos lembra o que de fato está em jogo no universo agropecuário. Afinal, o canavial se constrói, em última medida, pela expulsão do homem de sua terra mediante imposições do latifúndio, bem como pela expulsão da mata nativa do Cerrado, por inserção da cana no ecossistema local.

Ganha, pois, por fim, novo sentido a pergunta que o eu lírico lança ao canavial na estrofe que encerra o poema: “... e à noite/ canavial:/ de que tucho de luar/ se faz o balanceio de teu verde?!” No fim do dia, da colheita ou dos tempos, de que tucho (peça de motor a combustão, frequentemente alimentado por etanol, um derivado da cana) se faz o balanceio (balanço, ou balancete) do verde do latifúndio? Em suma, quais são (e de quem são) as perdas e ganhos que entram no balanço final da economia canavieira? O poema se encerra sem resposta explícita, mas a análise comparada dos textos “Cerrado/raízes”, “Carvoeiro/vegetal” e “Canavial” sugere que as perdas são distribuídas entre o Cerrado e o homem da terra, ambos expropriados para o lucro de uma burguesia rural que mal aparece no poema, assim como mal se deixa ver no espaço do roçado.

4 Considerações finais

Reafirma-se, na conclusão deste artigo, a possibilidade de uma leitura ecocrítica da poesia do autor, sobretudo na obra *Águas de visitação*, em que a paisagem não urbana de Mato Grosso comparece de maneira evidente. No entanto, mais do que simplesmente representação da terra – lugar-comum crítico empregado para a maior parte dos poetas do estado –, o que o Freire faz é uma reflexão lírica das relações tensas entre o homem e a natureza no espaço rural do Cerrado, sobretudo nos poemas “Cerrado/raízes”, “Carvoeiro/vegetal” e “Canavial”, aqui analisados.

Ainda que não tenha sido ele mesmo trabalhador rural, o poeta, atento à realidade social e ambiental do interior de Mato Grosso, construiu com acuidade imagética e vocabular o ambiente do Cerrado e as atividades econômicas do extrativismo de carvão vegetal e do cultivo da cana de açúcar. Nos três poemas, a paisagem do Planalto Central é descrita não como espaço selvagem ou pristino – tropo caro à poesia regionalista ou nacionalista –, mas sim como *locus* rural ocupado pelo homem, que transforma o ambiente e a si mesmo no bojo de atividades produtivas integrantes do sistema político-econômico vigente durante a ditadura militar no estado.

Tensa como é essa relação entre o trabalhador rural e a paisagem sobre a qual ele age, não poderia ser representada de maneira uniforme e tranquila ao longo dos poemas. Assim, varia de épico a lírico o tom que o sujeito poético assume nos três textos aqui analisados, bem como a distribuição do foco entre os efeitos da exploração sobre o trabalhador ou sobre a natureza.

Em comum a todos eles, por outro lado, destaque-se a crítica social à expropriação do homem do campo como mão de obra mal remunerada que opera uma destruição da natureza sob promessa de um lucro que jamais goza. Quem de fato se beneficia materialmente da agressão ao ambiente, seja o dono de terras, seja o arregimentador de trabalhadores rurais volantes, não é referenciado diretamente nos poemas, mas pode se inferir sua existência a partir de alusões nos três textos à malograda esperança de proveito financeiro por parte do trabalhador.

Finalmente, os três poemas se encontram em um segundo ponto de convergência: a metáfora da natureza como um texto, o qual é lido,

alterado, reescrito pelo homem. Nesse sentido, se o conhecimento do trabalhador em relação ao Cerrado, por seu convívio diário com ele, é tratado pelo eu lírico como um processo de leitura de uma sintaxe do ambiente, a agressão a fogo e foice é metaforizada como escritura, deitando marcas indeléveis sobre o solo, a fauna, a flora. Escritos como quem rasura ou garatuja o ambiente, esses signos que o trabalho rural deixa na terra queimada são, em si, pouco líricos. Mas, ao fazer deles poemas, Silva Freire nos traz essa escrita outra que não nos chega ao espaço urbano. Lançá-las nas páginas de *Águas de visitação* é, pois, ato ecológico e crítico – ecocrítico –, na medida em que nos lembra o custo humano e natural do carvão, do açúcar, da aguardente de nosso dia a dia.

Agradecimentos

A pesquisa de que resulta este artigo contou com apoio, na forma de bolsa de estágio pós-doutoral, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

Referências

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BUELL, L. *The Future of Environmental Criticism: Environmental Crisis and Literary Imagination*. Malden: Blackwell, 2005.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FREIRE, S. *Presença na audiência do tempo*. Cuiabá: UFMT, 1991.
- FREIRE, S. *Águas de visitação*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2002.
- FREIRE, S. *Silva Freire: social, criativo, didático – catálogo de exposição*. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1986.
- GARRARD, G. *Ecocriticism*. Oxford: Routledge, 2004.
- GLOTFELTY, C; FROMM, Harold. *The Ecocriticism Reader: Landmarks in Literary Ecology*. Athens: The University of Georgia Press, 1996.
- LEITE, M. C. S. *Literatura, vanguardas e identidades: nas brenhas do regionalismo*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2015.

LÉVI-STRAUSS, C. *O cru e o cozido: Mitológicas 1*. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

MAGALHÃES, E. de M. *Por entre brenhas, picadas a foice, matas bravas: a produção poética em Mato Grosso no século XX e XXI*. 2014. 294 f. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MAGALHÃES, H. G. D. *História da literatura de Mato Grosso: século XX*. Cuiabá: Unicem, 2001.

OLIVEIRA, A. U. *Integrar para não entregar: políticas públicas na Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988.

RAMOS, I. N. A. R. *Vanguardas poéticas em permanência: a revalidação de Wladimir Dias-Pino e Silva Freire*. 2011. 254 f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCOPINHO, R. A. *Vigiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total*. São Paulo: FAPESP, 2003.

SOARES, D. Com safra recorde de milho, MT deve liderar produção de grãos no país. *Globo G1*. Mato Grosso, 1 jun. 2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/com-safra-recorde-de-milho-mt-deve-liderar-producao-de-graos-no-pais.ghtml>>. Acesso em 31 ago. 2017.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Recebido em: 15 de novembro de 2017.

Aprovado em: 23 de março de 2018.